

Nas lutas

Virgínia Fontes

Escrever esse prefácio me traz múltiplas e contraditórias sensações: alegria, orgulho e satisfação intelectual, em primeiro lugar, por ter nas mãos um trabalho desta qualidade; tristeza, raiva e cansaço, em seguida, por constatar que mesmo tratando-se de situações historicamente dramáticas, como as terríveis cicatrizes que carregamos das ditaduras, existem historiadores que ainda procuram redimi-las e, pior ainda, tentem inverter o quadro lançando a responsabilidade sobre as vítimas; e finalmente, estímulo, por ter certeza de que, assim como a vida social sob o capitalismo explode em contradições e em lutas, também o fazer historiográfico mantém acesa a luta contra imposturas e modismos, a partir de pesquisas rigorosas, de sólidas bases teóricas críticas, de textos sérios e argumentos impecáveis.

Esmiúço um pouco essas sensações. Nessa coletânea figuram vários jovens historiadores brasileiros do quilate dos imprescindíveis. Me alegra saber que nas novas gerações temos pesquisadores que, mais do que repetir seus mestres, vão além. Para quem, como eu, tem uma trajetória já longa na docência, o prazer da leitura de um livro como este é extraordinário, pois evidencia a verdadeira aventura histórica, a que não se constrói sobre elogios, obediências, repetições ou oportunismos, mas trafega com segurança pela pesquisa cuidadosa, pela autonomia intelectual na seleção dos temas e objetos de pesquisa e pelo engajamento livre, pois apenas somos livres quando efetivamente engajados na humanidade que nos constitui.

Já ficam claras as primeiras razões para meu orgulho e satisfação intelectual, mas há bem mais. Esses jovens pesquisadores não viveram o golpe militar, diferentemente de alguns dos criticados nesse livro. Foram diversas as posições assumidas, quando ainda vigia a ditadura, pelos autores que produzem hoje essa miséria da historiografia. Não é de suas vidas ou trajetórias que se ocupa este livro. Se o exílio marcou profundamente ex-combatentes contra a ditadura, viver aqui e enfrentar o cotidiano sob a ditadura não foi ato menor. E é à grande massa anônima que enfrentou o dia a dia, que foi expropriada no campo de maneira acelerada, transformada em “mão de obra” (termo econômico que despersonaliza os trabalhadores) barata rural ou urbana, gente que produziu enorme riqueza da qual em quase nada participou, e que precisa encontrar sua própria memória, e não aquela que lhe é oferecida de maneira facilitada, desprezando a dificuldade das teorias e

disponível no mercado.

Também – e felizmente – estes jovens não precisaram experimentar a tortura para saber o que ela significa historicamente. São jovens, e devem não apenas reatar com as lutas que construíram nosso passado e nosso presente: precisam levá-las muito mais longe. Ao se posicionarem francamente contra posições historiográficas revisionistas que empalidecem a tragédia que vivemos – no passado – e seguimos vivendo no presente, contribuem para assegurar que a tortura política não se mantenha como uma prática cotidiana. Drama frequente contra as populações mais vulneráveis – como o cantor que mandou espancar pela polícia política um empregado seu, convertido em desafeto, tema difícil e brilhantemente esmiuçado em capítulo deste livro por Rômulo Mattos. Nesse caso, a sevícia tornada especialização sob a ditadura repetia o cotidiano para além dos muros oficialmente políticos e se encontrava com aquela realizada sistematicamente em delegacias e presídios ou ostentada nas ruas, na truculência do dia a dia brasileiro. A exasperação da violência política se encontrava com suas raízes na banalização cotidiana da tortura e da humilhação que vigora ainda hoje. Em 2013, mais um operário foi barbaramente torturado e assassinado numa delegacia supostamente “pacificadora”, Amarildo Dias de Souza.

Nunca é demais insistir que a desigualdade brutal que nos constitui social e historicamente, frutos que somos de uma colonização brutal e de sua permanência sob novas formas sob um capitalismo dito – não à toa – “selvagem” se esparrama em muitas direções e nos infecta. A primeira exigência de um pensamento crítico é enfrentar a dificuldade e não escamoteá-la.

Me orgulho, portanto, de saber que nas novas gerações há historiadores que não negam o barro com que fomos moldados, que se rebelam contra isso e não querem apagar as cicatrizes, mas superá-las, em direção a um mundo em que não seja necessário nos marcar dessa maneira. “Porque gado a gente marca/Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente”, como lembra o trecho da canção *Travessia*, de Geraldo Vandré e Theo de Barros, cantada por Jair Rodrigues no Festival da Canção de 1966 e que dividiu o primeiro prêmio com “A Banda”, de Chico Buarque.

Me orgulho ainda por saber que tomar posição não é fácil para esses historiadores, que têm de defrontar-se com os que se agarram aos pequenos poderes nas instituições públicas para – inutilmente, aliás – tentar bloquear suas trajetórias, lastreadas pela qualidade do fazer histórico. Sim, pois em nome da “democracia” inodora que muitos brandem, ocultam-se tradições coronelísticas atualizadas, feudos reconstituídos no mundo da internet, que pretendem se perpetuar não pela qualidade ou relevância da obra realizada, mas pela obediência aos novos séquitos, cadas

vez mais mercantis. Alguns arrotam “democracia”, contanto que controlem tudo ou quase. Para a ralé, a plebe e para os que lutam contra o capitalismo, o gozo da “incerteza”. A incerteza é aliás o quinhão dos trabalhadores nessa existência, espremidos entre desempregos abertos, precarizações diversas ou, simplesmente, a permanente ameaça do desemprego, que é a mais eficaz censura jamais imaginada, posta em prática em escala industrial. Incerteza que se espalha no dia a dia, na saúde – conseguirá o atendimento?; no transporte – chegará esse trem?; na educação – conseguirá a vaga?; no lazer – criminalizarão a alegria dos jovens como “arrastão”? É preciso desconhecer essa incerteza para fazer seu elogio abstrato.

Nessa miséria da historiografia, esquecem que democracia não é, mas *faz-se* ou não será. Querem cristalizar uma certa institucionalidade, sobretudo quando dela se beneficiam, como se fosse *A democracia* e, mesmo que ela expresse a mais dramática forma da “exceção”, pretendem congelá-la no tempo, coagular suas veias para impedir que o frescor, as bases – os simples, os muitos, a classe trabalhadora, em suma – se convertam em organizações e lutem como iguais. Vale portanto contrapor a essa tentativa de fazer desaparecer por mágica as classes sociais e suas lutas o termo cunhado por David Harvey para definir tal excrecência histórica: “democracias totalitárias”.¹

A batalha historiográfica expressa neste livro não é pequena nem de detalhe. Ela envolve não apenas algumas carreiras – envolve muitas vidas, a das grandes maiorias que sabem o quanto lhes custou o enfrentamento contra a ditadura empresarial-militar, que recusam o rebaixamento de suas conquistas a uma “democracia totalitária” e querem muito mais e mais longe.

Essa batalha envolve pois a ousadia de permanecer na escuta da classe trabalhadora e de sua reivindicação latente de uma igualdade real de todos em sua escala maior. O poder do demos na expressão herdada de Atenas não admite mais escravos, como ocorria na Grécia clássica, e somente pode florescer enfrentando a forma social do capitalismo, sob qualquer disfarce que se apresente, posto ser produtor permanente e crescente de desigualdades em todos os níveis da existência.

Essa batalha envolve a coragem de ser pesquisador e de fuçar arquivos, sem esconder o lado que “não interessa”, sem escamotear os conflitos que atravessam também as fontes históricas. Envolve ser historiador maduro, capaz de explicitar não apenas o próprio desejo e a posição política ou social (o que integra a profissão e a atividade, apesar dos que gostariam de defender sua neutralidade, para melhor esconder sua própria posição) mas, além dela, apreender as contradições que formam o ser social, as dificuldades e hesitações das lutas sociais, os resultados – esses sim, incertos – das lutas de classes que, apesar do desejo daqueles que já as enterraram inúmeras vezes,

1 Entrevista a André Antunes. *Revista Poli*. Ano VI, n. 32, jan-fev. 2014, pp. 11-3. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R39.pdf>, acesso 15/01/2014.

teimam em ressurgir. E essas lutas reaparecem também na historiografia, ela também atravessada por conflitos e contradições.

Passo agora às paixões tristes, como dizia Spinoza. Elas também nos integram. Estamos em 2014 e relembremos os cinquenta anos da ditadura empresarial-militar que se abateu sobre o Brasil. Somos todos historiadores, os revisionistas e *nosotros*, os que nos mantemos em posição crítica. Como viver sem sofrimento a experiência de ver que carreiras, cargos, prebendas, acesso ao mercado se converteram em elementos fundamentais de uma profissão cuja formação tem a possibilidade da reflexão sobre o mundo contemporâneo, sobre as lutas e as dificuldades para construir exatamente o que muitos clamam – a democracia, a igualdade livre dos constrangimentos do capital – contra o que nos oferecem como sua caricatura? Há uma enorme tristeza de observar os que desistiram e se integraram à ordem dominante. Decerto, uma institucionalidade oficialmente democrática é muito melhor do que qualquer ditadura. Porém, as seguidas reduções atuais dessa institucionalidade levam muitos autores sérios – inclusive liberais – a pensar sobre as condições da “desdemocratização”, como Charles Tilly, a denunciar a captura da democracia pelo capitalismo, como Hobsbawm e Ellen Wood e, como Harvey, mencionado acima, a explicitar as formas totalitárias constitutivas do “Estado de Direito”, como fizeram Agamben e Paulo Arantes². Me entristece, sinceramente, ver que muitos dentre nós, historiadores brasileiros, apenas se comprazem com migalhas intelectuais.

Triste e infelizmente parece que a escala da desigualdade brasileira se converte na atualidade em forma corriqueira no cenário internacional. Temo ser esta uma correlação integrante do capital-imperialismo. A essa tristeza, se agrega o cansaço. Normal, para os que perseveraram na luta pelas possibilidades humanas que o mundo contemporâneo permite entrever. Como admitir que, sob influências difusas, seja possível descartar de maneira simplória uma das mais importantes pesquisas sobre a ditadura empresarial-militar, realizada de maneira impressionante por René Armand Dreyfuss, tachando-a de... teoria conspirativa?

É certo que leituras conspirativas, como a de *Joseph Balsamo*, texto literário muito interessante mas péssimo folhetim histórico de Alexandre Dumas (escrito em colaboração com Auguste Maquet) publicado entre 1848 e 1849, pouco contribuem para esclarecer o processo histórico, pois *escamoteiam as intensas lutas sociais em curso*, em prol da atuação de novas “elites”

2 Dentre os liberais, ver, por exemplo, Tilly, C. *Democracia*. Petrópolis, Vozes, 2013 e Macpherson, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo*, Rio, Paz e Terra, 1979. Para autores de linhagem crítica, ver Hobsbawm, E. J. “A política da democracia”, In: *A era dos impérios*. Rio, Paz e Terra, 1988, pp. 125-162; Wood, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2003. Sobre vigência normalizada da “exceção” como regra, ver Agamben, G. *Estado de Exceção*. SP, Boitempo, 2004 e Arantes, Paulo. *Extinção*. São Paulo, Boitempo, 2007.

– lutas sociais, aliás, brilhantemente analisadas por Marx no mesmo período, no *Manifesto do Partido Comunista*. Ora, qual não é a minha tristeza ao perceber que, na atualidade – e não apenas brasileira – a denúncia de análises “conspirativas” pretende apenas... apagar as próprias lutas! Apagar qualquer reflexão sobre as bases sócio-econômicas e ideológicas da dominação e aliás desmentir mesmo a existência de dominação. Disso resulta uma operação que salvaguarda os... conspiradores! Dumas não chegou a tanto.

Em outros termos, se a crítica necessária a suposições conspiratórias à la Dumas envolve compreender não apenas como se organizam os setores dominantes ou os que disputam a dominação, mas também o contexto e a complexidade da vida social na qual tais conspiradores – ou organizações – atuam, que configura a crítica completa e complexa de tal tipo de literatura, o que vem sendo realizado é, ao contrário, abandonar a complexidade do mundo no qual vivemos, simplificando-o de maneira abusiva. Tal como Dumas, mas com sinal invertido.

Não é possível, na atualidade brasileira e mundial, descartar as formas através das quais se organizam – orquestram, produzem, sistematizam, conformam o Estado – as inúmeras modalidades de associações e movimentos, e não apenas empresariais. Estamos num mundo povoado de “ONGs” (sigla abominável pois nada explica, e banaliza uma concepção acanhadamente liberal), de enorme concentração de recursos, os quais possibilitam uma fictícia “filantropia empresarial”³ sobejamente conhecida, a começar por aqueles que integram o Banco Mundial⁴. Revistas como *Foreign Affairs* são consumidas como se fossem estudos científicos, desconsiderando-se que são publicadas por grupos muito bem organizados e financiados por grandes empresas/governos, e isso foi estudado exaustivamente por René Dreifuss. Tais entidades associativas integram extensa rede de empresas, *think tanks*, instituições governamentais e religiosas, atravessam e constituem os Estados. Como “esquecê-lo” de maneira tão leviana? Vivemos num mundo crescentemente desigual: organizar-se exige recursos, o que penaliza as classes trabalhadoras em suas tentativas de produzir associações, entidades e movimentos para enfrentar a capacidade empresarial. Como apagar isso e supor que apenas as “vontades difusas” expressas no voto e traduzidas – de fato – nas instituições constituem o mundo contemporâneo? É de um inquietante simplismo. Para não supor coisas piores.

Antonio Gramsci, muito argutamente e distante de qualquer teoria conspirativa, partindo do que deve ser o ponto de partida dos historiadores, o das lutas sociais, compreendeu precocemente o

3 Veja-se a bela crítica de Medeiros, João Leonardo. *A economia diante do horror econômico*. Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói, Eduff, 2013.

4 Cf. Pereira, João Marcio M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008*. Rio, Civilização Brasileira, 2010, especialmente cap. 6, pp. 327-472,

novo formato associativo que o capitalismo promovia. René Dreifuss pensou com Gramsci, ao investigar o golpe de estado de 1964, que não era apenas um golpe militar, e que não apenas envolvia “civis”, isto é, não militares, mas entidades empresariais ricas e com apoio internacional. Foi um golpe de Estado estimulado, preparado e com o apoio de intensa organização empresarial, que tem nome, endereço, documentos e, mais do que isso, forneceram os quadros que ocuparam os postos-chave da reorganização econômica e política após 1964. Apagar isso é tarefa inútil. Porém, talvez garanta carreiras... Daí a minha tristeza, raiva e cansaço.

Sempre admito que novas pesquisas possam abrir novas trilhas, estimular novas formas de pensar o mundo. Assim, leio muitas delas. Mas, tristemente, sou obrigada a constatar que, sob a etiqueta de “novo”, muita coisa produzida apenas reconfigura uma velha, velhíssima adequação à ordem dominante. Entristecedor.

Não é o intuito de nossos historiadores nos entristecer. Talvez, mais legitimamente, o de nos enfurecer contra tal estado de coisas. Porém, como não sentir uma enorme sensação de cansaço, ao ver que não estamos sós nesse triste estado de coisas, e que em países como Portugal, que viveram uma esplêndida e curta revolução, germinam coisas similares? Vem à mente outra canção, agora de Chico Buarque - “Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal / ainda vai tornar-se um imenso Portugal” (*Fado tropical*). Quase numa saga, essa música foi proibida por escancarar a ditadura brasileira; em seguida, pouco tempo após a Revolução dos Cravos, foi re-proibida pois anunciava a possibilidade de que a revolução portuguesa se alastrasse pelas Américas. Outra canção do mesmo compositor, *Tanto Mar*, variou do entusiasmo à melancolia. Inicialmente, contrasta a festa portuguesa à ditadura brasileira “Lá faz primavera, pá / Cá estou doente /Manda urgentemente/ Algum cheirinho de alecrim”. Em seguida, a letra foi modificada para constatar que “já murcharam tua festa, pá”. Apesar de tudo, o compositor teimava em conservar uma “semente em algum canto do jardim”. Manuel Loff e Raquel Varela, em capítulos deste livro, nos lembram **de que** também na Península Ibérica revisionismos similares tentam se alastrar. A historiografia internacional atravessa período de intensas lutas, nas quais alguns procuram borrar qualquer possibilidade de revolução, o que é esmiuçado por Demian de Melo e por Carla Silva que, além disso, nos traz o papel da grande mídia proprietária. **Trocando em miúdos, isso significa que se o temor da revolução é tão grande, é porque a semente ainda germina.**

O resultado final dessa leitura é estimulante. O fio condutor, se passa por tantos e contraditórios sentimentos, nos conduz de maneira segura à perseverança.

Reencontro o sentido de ser historiadora, no Brasil e no mundo contemporâneos, em luta

contra um estado de coisas que favorece e estimula a tibieza. Reencontro esse sentido na coragem desses jovens, na qualidade do trabalho de pesquisa – documental e bibliográfica – exibida em cada artigo e, sobretudo, na cuidadosa construção teórica e argumentativa. A leitura atenta do capítulo de Marcelo Badaró Mattos – que é historiador experimentado – mostra os abusos de interpretações culturalistas. Porque sabemos da importância da cultura, e por sermos contra determinismos – o que nada tem a ver com o marxismo – precisamos sempre repetir em que consiste essa base teórica, permanentemente atacada por autores que a caricaturam. Se a história é a ciência fundamental, é porque ela é fruto de lutas e não teleológica. Mas ela também não é arbitrária, pois homens e mulheres precisam assegurar um sociometabolismo crucial para sua existência. A cultura os constitui, enquanto seres sociais e não deve ser reduzida a algo que os impede e bloqueia. Ao contrário, cultura foi historicamente e precisa continuar a ser libertadora.

O entusiasmo se renova ao ler os capítulos de Carlos Zacarias Senna Jr, Felipe Demier, Demian Melo e Rômulo Mattos, especificamente sobre a historiografia revisionista brasileira contemporânea. Historiadores jovens e maduros, não se contentam em discordar: analisam as fontes, decortam os argumentos, debatem em pé de igualdade sobre pressupostos (explícitos ou ocultos) e manejam com maestria a explicitação das limitações dessa historiografia. Não pretendo contar o resto da leitura: siga adiante, leitor!